

RELAÇÕES DE PODER E DE SABER – O EXAME

Vanessa Martins de Atayde¹

Michel Foucault formou-se em Filosofia e Psicopatologia, foi titular da cadeira de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France e é um dos grandes pensadores contemporâneos. Nasceu em Poitiers, França, no dia 15 de outubro de 1926. Dentre suas obras mais conhecidas estão: *As Palavras e as Coisas* (1966), *História da Loucura* (1961), *Arqueologia do Saber* (1969), *A Ordem do Discurso* (1971). Sua obra foi pautada na análise das relações entre as formas de exercício de poder, bem como da constituição de saberes e o estabelecimento de regimes de verdade na sociedade. Deste modo, procurou mostrar a relação entre conhecimento e as formas de exercício de poder e, neste sentido, como as instituições e dispositivos sociais atuam como reguladores das relações entre as formas de exercício de poder e a produção de verdades e saberes no meio social.

Foucault fez parte de uma geração que sofreu os impactos ocasionados pelo regime nazista, totalitarismo soviético e também pelo processo de conscientização acerca da política colonialista francesa na África. Os regimes fascista e nazista relacionaram-se ao cientificismo evolucionista, o qual pregava a idéia de uma sociedade corporativa, organizada e disciplinar. Na França, bem como em toda a Europa ocidental, após meados dos anos 1950, veio à tona a não-responsabilização do nacional-socialismo em relação à prática de atos de perseguição, tortura e assassinatos. Ainda, outro acontecimento relevante da época foi a guerra da Argélia (1954-1962), a qual influenciou na obra do autor, assim como o fizeram os movimentos a partir de maio de 1968, os quais fizeram emergir inúmeras inquietações, comuns na Europa do Pós-Guerra, pelo fato desta estar profundamente marcada pela estabilidade e conservadorismo. Neste contexto desenvolveu-se a obra de Foucault.

Em seu livro, *Vigiar e Punir* (1975/1980), Foucault busca a compreensão das condições histórico-sociais em sua análise sobre as relações que envolvem o indivíduo e o coletivo na sociedade moderna. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, portanto, no que tange às relações de poder, pode-se observar que muitas transformações passam a ser operadas. A mais importante delas consiste certamente na constatação de Foucault de que o poder da soberania é substituído gradativamente pelo poder disciplinar e, por conseguinte, as monarquias soberanas se convertem aos poucos em verdadeiras instituições disciplinares por todo o corpo social, tais como oficinas, fábricas, escolas e prisões. Além da multiplicação das instituições disciplinares, Foucault observou que os séculos XVII e XVIII também assistiram a uma efusão de dispositivos disciplinares ao longo de toda a extensão da estrutura da sociedade. A partir dessas constatações de Foucault será desenvolvida a análise seguinte de sua obra, tendo como foco a questão do exame no interior das relações, principalmente das escolares, afim de se obter maior esclarecimento sobre tais relações na medida em que se revelará o que está intrínseco nesse dispositivo disciplinar que é o exame, o qual é motivo de muitos questionamentos nos dias atuais.

Para Foucault, portanto, a sociedade moderna é caracterizada pela normalização das disciplinas, sendo a disciplina uma forma de poder que deve assegurar o controle dos indivíduos através do controle dos seus comportamentos a partir do instante em que se manifestam e não por meio de uma ação reativa, a qual a punição deve possuir um fim educativo, visando um efeito global, não sendo apenas uma reparação ou vingança de alcance individual, como ocorriam no antigo predomínio de um poder repressor

¹ Graduada em pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tendo concluído no ano de 2009. E-mail: nessatayde@hotmail.com.

(soberano), no qual a visibilidade era a marca a partir da qual as relações de força adquiriam sentido e o controle se estabelece pela estimulação, e não mais pela repressão, e é exercido tornando-se invisível, ao mesmo tempo em que os indivíduos que estão submetidos a ele são obrigatoriamente visíveis ininterruptamente. Assim, ao contrário do que ocorre no âmbito do poder da soberania, o poder disciplinar não se materializa na pessoa do rei, mas nos corpos dos sujeitos individualizados por suas técnicas disciplinares, invertendo-se, então, os princípios da centralidade e da visibilidade do poder na medida em que a base da sociedade passa a ser atravessada de ponta a ponta por mecanismos de disciplina.

O poder disciplinar deve manter-se na invisibilidade para funcionar, pois a sua invisibilidade ressalta a visibilidade daqueles que a ele se sujeitam, de modo que a sua eficácia é constante e permanente. Essa modalidade do poder visa maximizar a utilidade e docilidade dos indivíduos fazendo crescer suas habilidades e aptidões e, conseqüentemente, seus rendimentos e lucros e, através de suas tecnologias de poder específicas, torna mais fortes todas as forças sociais. O poder disciplinar tem como objetivo, portanto, adestrar os indivíduos ao invés de simplesmente, excluí-los ou apropriar-se deles, pois, deste modo é possível, além de excluir e se apropriar de modo mais eficiente, utiliza-los em favor de um todo, como objetos e instrumentos desse poder.

A disciplina pode ser descrita como uma técnica que fabrica indivíduos úteis e, segundo a acepção de Foucault, atua em primeiro lugar na distribuição dos indivíduos no espaço. Foucault relaciona três importantes dispositivos disciplinares ou instrumentos do poder disciplinar, aos quais atribui o êxito desse poder: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame, que é um procedimento específico à sanção normalizadora e o qual será foco na análise que segue, principalmente no que se refere às suas aplicações ao espaço escolar.

O olhar hierárquico consiste na idéia ampla de vigilância, a qual é a principal engrenagem do poder disciplinar: ela contribuiu para automatizar e desindividualizar o poder, ao passo que contribuiu para individualizar os sujeitos a eles submetidos. Ao mesmo tempo, a vigilância produz efeitos homogêneos de poder, generaliza a disciplina, expandindo-a para além das instituições fechadas. Nesse sentido, pode-se dizer que ela assegura, como explica Foucault, uma distribuição infinitesimal do poder. A vigilância traz o panóptico como um aparelho arquitetural que a potencializa. Ao ser adotada a arquitetura circular nas prisões e escolas, nos hospitais e fábricas, enfim, em todas instituições que tentam a marca da disciplina, o poder converteu-se em algo invisível e inverificável. Para que o dispositivo disciplinar exerça-se plenamente em todos os seus efeitos basta que aqueles que estão a ele submetidos saibam que são vigiados, nasce, então, uma relação fictícia em que os indivíduos passam a disciplinar-se a si mesmos, simplesmente por saberem-se sujeitos a uma espécie de olhar que tudo vê permanentemente, nesse sentido, é possível, afirmar que a vigilância substitui a violência e a força e que, ao invés de adestrar corpos, adentra almas. Com sua forma hierarquizada, contínua e funcional, a vigilância estabelece uma simetria crescente entre poder e produção, poder e saber.

A sanção normalizadora funciona, no interior de cada sistema disciplinar, como um pequeno mecanismo penal. O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, e por meio dele os indivíduos são diferenciados em função de sua natureza de suas virtualidades, sendo avaliados e individualizados. Com o poder disciplinar surge, portanto, o poder da norma, saindo de cena a codificação do comportamento, do regime do poder da soberania para entrar em cena a normalização das condutas.

A partir da análise dos conceitos de disciplina, poder disciplinar, vigilância hierárquica e sanção normalizadora é possível tornar inteligível como surgiu a necessidade de classificação dos indivíduos e como as práticas de escrita converteram-se em técnicas de exame.

O exame é o instrumento através do qual o poder se manifesta e a verdade é produzida no interior do que Foucault denominou sociedade disciplinar, e associa características da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora, posto que transforma os indivíduos em objetos visíveis e, assim, os diferencia e sanciona. As relações de poder e de saber têm no exame seu principal ponto de convergência, em que o campo do saber emerge como um tipo de poder, assim, no exame está associada a formação do saber a uma forma de exercício do poder, sendo que o exame é um modo de poder se manifestar de maneira implícita nas relações, ou seja, o poder dissimula sua influência e seus sinais sobre os indivíduos submetidos a ele e, nas palavras de Foucault (1975/1986:167), “capta-os num mecanismo de objetivação”.

O exame constitui-se, na sociedade moderna, num elemento permanente e de caráter ininterrupto nas escolas e situações de ensino, permitindo que os aprendizados sejam medidos e, ao mesmo tempo, sancionados, à medida em que, também, são estabelecidas relações de competição entre os alunos; além disso, ele possibilita que o mestre, além de avaliar e transmitir seus valores, possua determinados conhecimentos sobre cada um de seus alunos, e faz com que sejam trocados conhecimentos de modo que o mestre transmite conhecimento aos alunos, mas os alunos não se apropriam, não tem acesso aos saberes reservados ao mestre. O exame veio, nos estabelecimentos de ensino, facilitar a identificação e classificação dos indivíduos, o que tornou-se possível devido aos seus procedimentos de registrar e acumular documentações, as quais informam diversas indicações sobre os indivíduos. Deste modo, os exames estabeleceram características individuais consideradas padrão, códigos disciplinares que, no caso das escolas, eram referentes, principalmente, a comportamentos e desempenhos.

Junto à sua característica de documentação, o exame permite uma análise e descrição dos indivíduos em seus traços peculiares e sua comparação a outros indivíduos e grupos, transformando cada sujeito em um elemento específico que pode ser mensurado, descrito, medido e comparado a outros em suas características singulares, sendo sua descrição uma forma de controle exercida sobre ele. Assim, observa-se um processo de individualização dos examinados, no regime disciplinar, com o objetivo de se obter maior controle sobre os mesmos.

Ainda, segundo Foucault, o poder é exercido sobre as pessoas e pelas pessoas, ou seja, o indivíduo é efeito e objeto do poder, assim como também é efeito e objeto do saber, ao exame situa-se no interior desses processos.

É importante observar que com o exame é possível manter, sob o controle de um saber permanente, as aptidões ou capacidades próprias de cada indivíduo, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si e sua distribuição numa população. O exame é resultado de um somatório entre objetivação e sujeição; objetivação essa que opera pela concomitância entre a visibilidade dos sujeitos e a invisibilidade da disciplina.

Ao se obter todas essas informações aqui enunciadas, é provável que muitos passem a concluir que o poder e que, mesmo, o exame são elementos ruins no interior da atual organização social, que servem apenas para excluir, censurar e reprimir os indivíduos à medida que mascaram as verdadeiras relações sociais existentes. No entanto, Foucault esclarece que *“Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetivos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se origina nessa produção.”* (1975-1986:172).

Foucault contempla em suas análises diferentes períodos históricos apontando nestes suas formas de poder características, bem como os tipos e formas de saberes e regimes de verdade peculiares a cada forma. Tal forma de análise acerca da realidade social torna seus estudos muito relevantes à compreensão da sociedade contemporânea, uma vez que esta é feita de uma perspectiva que visa a compreensão dos modos de subjetivação que vão além de aspectos político-econômicos e tocam à dominação enquanto fator atuante

sobre as formas, inclusive, de se moldar o corpo e torna-se, portanto, imprescindível para se compreender o indivíduo integral.

Referências Bibliográficas:

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. nascimento da prisão; tradução de Lúcia M. Ponde Vassallo, Vozes, 1986.